

RODRIGO AZEVEDO - 06/10/2010



STF promete desempacotar ação de royalties

Relatora Carmén Lúcia garantiu a não produtores que agilizará votação no plenário

Relatora das quatro ações diretas de inconstitucionalidade da nova lei dos royalties do petróleo, a ministra Carmén Lúcia prometeu agilizar a votação no plenário do Supremo Tribunal Federal (STF). Embora sem informar a data, ela deu garantia a parlamentares de Estados não produtores que visitaram seu gabinete na última semana para cobrar o julgamento do mérito.

Segundo o deputado Carlos Zarattini (PT-SP), a ministra já concluiu a análise de três dos quatro processos movidos pelos governos de São Paulo, Espírito Santo e Rio, além da

Assembleia Legislativa fluminense - prejudicados pela redivisão. "O assunto entra em pauta no STF assim que ela fechar o quarto e último processo e finalizar o voto, e vai ser rápido".

Antes previsto para abril passado, o julgamento cria expectativa. "Nossa esperança é de que o Supremo respeite os contratos", assinala o governador Renato Casagrande (PSB).

A dúvida é se o plenário vai julgar logo o mérito ou somente a liminar dada no início do ano por Carmén, que suspendeu as novas regras até decisão final na Corte. "Aí o Joaquim Barbosa (presidente do STF) vai decidir se pauta a liminar ou logo o mérito, mas é claro que todos os ministros vão manter", avalia Zarattini. (Rondinelli Tomazelli)

Primeiro leilão do pré-sal em outubro

O primeiro leilão do pré-sal será realizado no dia 22 de outubro no Rio de Janeiro e não mais em Brasília, como tinha sido anunciado anteriormente. Até o fim deste mês, a ANP publicará o pré-edital e a minuta do

contrato. O leilão vai oferecer a área de Libra, na Bacia de Santos, que tem reservas estimadas entre oito bilhões a 12 bilhões de barris de petróleo, e sua exploração será pelo novo regime de partilha da produção.

Incentivos fiscais perto da aprovação

GABRIEL LORDÉLLO - 24/11/2012

Governo federal cede na guerra fiscal para, enfim, emplacar a reforma do ICMS

RODINELLI TOMAZELLI
rtomazelli@redgazeta.com.br

DE BRASÍLIA

O governo federal avançou mais um passo ontem nas negociações com secretários estaduais de Fazenda para reformar o regime de cobrança de ICMS. Para viabilizar a redução de alíquotas em 4% e 7%, o Planalto fechou acordo com os Estados para a convalidação de todos os incentivos fiscais e financeiros praticados pelas administrações regionais.

A medida beneficia o Espírito Santo, que também teve aval de todos os Estados para incluir, no rol das compensações, as perdas com a resolução que unificou em 4% o ICMS dos importados, aprovada no Senado em 2012. Na prática, foi marcada uma reunião extraordinária para o dia 20 ou 25, na qual o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) deve começar a votação - tem que ser à unanimidade dos membros - dos benefícios concedidos pelos Estados ao setor produtivo por meio do ICMS.

"Essa convalidação só vai valer mediante as condicionantes que estarão nos projetos enviados pelo governo ao Senado tratando da redução das alíquotas e das compensações aos Estados. Vamos ver se avança, esse é nosso foco", esclarece o secretário de Fazenda capixaba,



Contratos de competitividade devem ficar resguardados

Maurício Duque, já prepara a documentação para a reunião do Confaz este mês. Nova decisão deve salvar o Compet-ES.

"A homologação incluirá todos os incentivos do governo capixaba, a começar pelos 21 setores beneficiados pelo Compet-ES".

MAURÍCIO DUQUE Secretário de Estado da Fazenda

Maurício Duque, ao destacar que a homologação começará pelos 21 setores do Compet-ES.

A proposta negociada estende a vigência desses benefícios por mais 15 anos, além de dar tranquilidade jurídica ao governo e às empresas, já que uma súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal ameaça de morte súbita esses benefícios concedidos à revelia do Confaz.

Como houve consenso na maioria dos pontos, foi produzido um documento já em mãos da equipe econômica para ajudar a convergir. Pelo acordo firma-

do no Confaz, as alíquotas gerais vão cair gradualmente a 4%, ficando em 7% somente para produtos industriais e agropecuários. Sul e Sudeste só aceitam a convalidação se essa queda ocorrer. "São Paulo removeu obstáculos porque também pratica incentivos. O comércio atacadista fora dos 7% já os atende", avalia Duque.

Com a corda menos esticada, as coisas venceram a seu tempo e ganharam velocidade, comemora o secretário. "Eles enxergam tudo como benefício comercial, mas vencemos as restrições. É um sinal muito po-

sitivo para o Senado".

Descrente no êxito das conversas, o senador Ricardo Ferraço (PMDB) diz que não adianta simplificar um assunto complexo. "Falo com humildade: não creio nessa evolução. Uma coisa é o governo conversar com o Confaz, outra é quando o projeto chega ao Senado".

Ferraço, porém, reconhece a necessidade da mudança no Confaz. Na ausência de mecanismos federais de competição fiscal lícita, avalia, cada Estado fez o que pôde para aquecer sua economia, e aí o Brasil evoluiu para a guerra fiscal. "

Compensação por morte do Fundap também é garantida

Com uma lista de reivindicações, o Espírito Santo não abre mão de turbinar sua fatia no bolo do ressarcimento pela redução das alíquotas. Para isso, exigiu e conseguiu a inclusão, no fundo de compensação que será criado pelo governo federal, das perdas com a unificação do ICMS importação que asfixiou o Fundap em 2012.

Anovidade é que, ontem,

todos os Estados deram aval ao pleito capixaba - a apoio anterior vinha só do Sudeste e do Distrito Federal. "Isso foi bem-visto e considerado justo pelos outros Estados. Não é martelo batido, mas conseguimos entendimento", comemora o secretário Maurício Duque.

Segundo ele, entrará no projeto a ser enviado ao Senado o cálculo oficial da redução de arrecadação

com o Fundap, estimado em R\$ 1,2 bilhão. Como o Ministério da Fazenda deve abater desse valor global o que é financiamento às empresas, deve ser considerado só a chamada "perda efetiva" situada em R\$ 600 milhões. "Esse valor vai cobrir as perdas dos municípios", afirma.

Os dois pontos pendentes na reunião do Confaz ontem foram as alíquotas

diferenciadas da Zona Franca de Manaus (AM) e do gás natural, hoje fixadas em 12%. O Amazonas sugeriu cair para 10%, ou manter 12% e jogar em 7% só os produtos de informática.

Na indefinida questão do gás, Mato Grosso do Sul - por onde passa o gás boliviano e pelo qual arrecada R\$ 500 milhões/ano - deve construir uma composição. Tanto que propôs alíquota de 9%. Produtor de gás, o Espírito Santo não comprou essa briga, mas sai ganhando com a alíquota diferenciada.